

A CIDADE NEOLIBERAL E AS VIDAS PRECARIZADAS: A DIMENSÃO VIVIDA DA CRISE DA MORADIA NA ESPANHA PÓS CRISE DAS HIPOTECAS

Márcia Ivana da Silva Falcão

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O presente artigo se apoia em pesquisa de tese que toma como objeto o caso espanhol da crise das hipotecas de 2008, compreendendo este como um caso paradigmático do modelo de produção da moradia e da cidade neoliberal e das contradições dele decorrentes. Após uma década em que *boom* imobiliário representou o motor da economia espanhola, apoiado no endividamento hipotecário das famílias, a crise do setor, desencadeada logo após a crise das hipotecas *subprime* dos EUA, representou a derrocada da economia do país e das famílias. Estas, endividadas e despejadas de suas casas em favor do banco credor, não encontravam amparo no Estado que afirmava a necessidade de adotar austeridade fiscal, com cortes em políticas sociais, ao passo que criava medidas para mitigar prejuízos de bancos. A equação casa sem gente e gente sem casa revela a contradição do modelo. É nesse contexto que o presente artigo coloca-se com o objetivo de analisar como o modelo de gestão da moradia e da cidade em tensão no caso espanhol produziu precarização das alternativas de moradia e das condições objetivas e subjetivas para a qualidade de vida das pessoas envolvidas. Acionando revisão bibliográfica sobre o caso espanhol e coletas realizadas em observação participante junto ao movimento social Plataforma de Afetados pelas Hipotecas de Barcelona, com realização de entrevistas semi-diretivas, o texto constrói uma narrativa em que o testemunho da experiência vivida tem importância especial. Em conclusão, a reflexão afirma a necessidade da denúncia e visibilização das graves consequências do modelo de gestão da moradia e da cidade, como expresso no caso espanhol que, como afirma a literatura crítica urbana, expressa um modelo de escala global.

Palavras-chave: Cidade neoliberal; Crise da moradia; Segregação socioespacial; Vidas precarizadas.

Abstract: The following article is based on a thesis research that takes as its object the Spanish case of the 2008 mortgage crisis, understanding this as a paradigmatic case of the production model of housing and the neoliberal city and the contradictions arising from it. After decades in which the real estate *boom* represented the engine of the Spanish economy, supported by the mortgage indebtedness of families, the crisis in the sector, triggered shortly after the subprime mortgage crisis in the USA, represented the downfall of the economy of the country and its families. These, indebted and evicted from their homes in favor of creditor bank, didn't find support in the state that affirmed the need to adopt fiscal austerity, with cuts in the social policies, while creating measures to migrate bank losses. The equation home without people and people without home reveals the contradiction of the neoliberal model. It's in this context that this article is placed with the objective of analyzing how the management model of housing and the city in tension in the Spanish case produced precariousness of housing alternatives and the lives of individuals and people involved, in diferente dimensions. Activating a bibliographic review on the Spanish case and collections carried out in participant observation with the social movement Plataforma de Afectados por la Hipoteca in Barcelona, with the semi-directive interviews, the text builds a narrative in which the lived testimony has special importance. In conclusion, the reflection affirms the need to denounce and make visible the serious consequences of the housing and city management model expressed in the Spanish case, which, as stated in the critical urban literature, is a model on global scale.

Keywords: Neoliberal city, housing crisis, socio-spatial segregation, precarious lives.

Resumen: Este artículo parte de una investigación de tesis que toma como objeto el caso español de la crisis hipotecaria de 2008, entendiendo éste como un caso paradigmático del modelo de producción de vivienda y la ciudad neoliberal y las contradicciones derivadas de él. Tras una década en la que el boom inmobiliario representó el motor de la economía española, sustentado en el endeudamiento hipotecario de las familias, la crisis del sector, desencadenada poco después de la crisis de las hipotecas *subprime* en EE. país y de las familias. Estos, endeudados y desalojados de sus casas a favor de la banca acreedora, no encontraron apoyo en el Estado que afirmó la necesidad de adoptar austeridad fiscal, con recortes en las políticas sociales, al tiempo que crea medidas para mitigar las

pérdidas bancarias. La ecuación hogar sin gente y gente sin hogar revela la contradicción del modelo. Es en este contexto que se sitúa este artículo con el objetivo de analizar cómo el modelo de gestión de la vivienda y la ciudad en tensión en el caso español produjo la precariedad de las alternativas habitacionales y las condiciones objetivas y subjetivas para la calidad de vida de las personas involucradas. Mediante una revisión bibliográfica sobre el caso español y recopilaciones realizadas en observación participante con el movimiento social Plataforma de Afetados das Hipotecas de Barcelona, con entrevistas semidirectivas, el texto construye una narrativa en la que el testimonio de la experiencia vivida tiene especial importancia. En conclusión, la reflexión afirma la necesidad de denunciar y visibilizar las graves consecuencias del modelo de vivienda y gestión de la ciudad, tal y como se expresa en el caso español que, como afirma la literatura urbana crítica, expresa un modelo de escala global.

Palabras llave: Ciudad neoliberal; Crisis de vivienda; Segregación socioespacial; Vidas precarias.

INTRODUÇÃO

O presente texto coloca no centro da abordagem a dimensão vivida por famílias e pessoas afetadas pela crise da moradia na Espanha, desencadeada no episódio conhecido como a crise hipotecária, de 2008, e estendida com ajustes, dados pela tensão entre os interesses de mercado e as lutas pelo direito à moradia e à cidade. O artigo é fruto da pesquisa de tese que analisou as práticas do movimento social Plataforma de Afetados pelas Hipotecas, a PAH, criado em 2009, no auge da crise hipotecária. A tese buscou analisar as ações de incidência da PAH em três frentes de luta pela defesa do direito à moradia e à cidade: a incidência na produção de força social, nas narrativas da mídia sobre o problema da moradia e nas políticas públicas de Estado.

Os dados apresentados são oriundos de revisão de literatura sobre a problemática das famílias coletados de artigos, matérias jornalísticas de circulação nacional, boletins e documentos da PAH e, ainda, de entrevistas semi-estruturadas e observação participante (BRANDÃO, 1984; (MONICO et al, 2017, GUBER, 2011), realizada no período de campo da pesquisa, junto à PAH Barcelona, nos meses pré-pandemia de Covid-19, entre dezembro de 2019 e março de 2020.

Dividido em 3 partes, além de introdução e conclusão, o artigo inicia contextualizando o processo sistêmico de produção urbana e monopolização da cidade como estratégia de mercado para absorção e reprodução de capitais. Nesse contexto, o caso da crise das hipotecas *subprime*, dos EUA, em 2007, é o caso mais conhecido. Não menos paradigmático é o caso espanhol. Deste, o artigo apresenta a produção da crise como processo e opção política, passando por diferentes estágios, desde o boom imobiliário, o estopim da crise das hipotecas, o processo de despossessão massiva de moradias e concentração destas em posse de bancos e fundos de investimentos. A segunda parte, sob o título “Casa sem gente e gente sem casa”, trata da contradição exposta: despejos, segregação socioespacial e, graças a monopolização de imóveis dado por mecanismos de despossessão (HARVEY, 2014), o ajuste do mercado gerando novo ciclo de *boom*, desta vez dos valores dos aluguéis. Por fim, o artigo trata da dimensão vivida da crise: a precarização das condições básicas de sobrevivência e da qualidade de vida das pessoas afetadas pela crise.

FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA MORADIA E DA CIDADE

A crise que começou com o colapso dos empréstimos subprime em agosto de 2007 nos Estados Unidos será sempre um marco importante na história do capitalismo. Desde o início, a tormenta financeira assumiu proporções inesperadas. O choque abalou gradualmente a frágil estrutura financeira criada durante as décadas anteriores e abalou a economia real. (Duménil e Lévy, 2014, p. 11).

A crise das hipotecas *subprime* testemunhou e evidenciou o papel da produção urbana para a reprodução de capitais. Como afirma a literatura urbana crítica, historicamente a produção de novos ambientes urbanos construídos e novas funcionalidades serve para a absorção de excedentes de capitais e de mão de obra e, com isso, estender ciclos de reprodução capitalista (HARVEY, 2005, 2012, 2014, 2018; BRENNER, 2018). Nas últimas décadas, sobretudo após as reconfigurações neoliberais da economia pós anos 1970, não apenas construir e reconfigurar frações das cidades estão no alvo do interesse do mercado. Muito mais que isso, a cidade, ela mesma, passa a ser produto, mercadoria. Desde a produção de moradias e novos ambientes com recursos do sistema financeiro – à gerar juros –, passando por mecanismos de despossessão e concentração de moradias e solo urbano – para especulação e extração de renda –, até a privatização de serviços básicos, a exemplo do transporte, saúde, fornecimento de água, gestão de parques. Trata-se do modelo de produção e gestão de cidade neoliberal (BRENNER, 2016, 2018, 2020).

É nesse contexto que se inscreve a crise das hipotecas dos EUA, mas também outros casos de crises em diferentes países do mundo, alinhadas a um mesmo fenômeno: a produção e monopolização da moradia, sob a lógica da gestão de mercado, com a hegemonia do setor financista. Raquel Rolnik, em seu livro “A Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças” (2015), apresenta diferentes casos concretos de países de diferentes continentes que viram sua economia ruir após o estopim da bolha hipotecária dos EUA. Junto com a economia das nações, as condições de vida de milhares de famílias ruíram. Um fenômeno de escala global que se manifesta de diferentes formas a depender do papel de cada região do globo na lógica do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2011) e que, nas últimas 3 décadas, acionou uma nova fronteira para a acumulação: o endividamento das famílias via o financiamento para o acesso à moradia.

Através do financiamento imobiliário para a compra da casa própria, a expansão do mercado global de capitais apoiou-se no endividamento privado, estabelecendo um vínculo íntimo entre a vida biológica dos indivíduos e o processo global de extração de renda e especulação (ROLNIK, 2015, p. 40).

Além do caso mais conhecido, das hipotecas *subprime* dos EUA, outro exemplo paradigmático do modelo de produção urbana sob o protagonismo do complexo financeiro-imobiliário, em cooperação com o Estado, via o endividamento hipotecário das famílias, é o caso da Espanha. O encorajado sonho da casa própria via hipoteca, como alternativa estável e segura de moradia, tornou-se um pesadelo para milhares de famílias e para a economia espanhola.

O CASO ESPANHOL: DA ALÇADA E DERROCADA DA ESTRATÉGIA FINANCEIRA E IMOBILIÁRIA E SEUS AJUSTES PÓS CRISE DE 2008

Não por acaso, após o colapso das hipotecas *subprime* dos EUA foi a vez da Espanha ver estourar a grande bolha imobiliária que durante mais de uma década havia assumido um papel importante como motor da economia. Um boom imobiliário que se apoiou centralmente na concessão de hipotecas para a aquisição de moradia a famílias, uma forma de crédito vinculado a um bem hipotecado.

Durante estas dos décadas y media, el mercado inmobiliario español ha dibujado el ciclo completo de alza y caída, propio de la lógica del sistema capitalista y que permite alimentar los procesos de acumulación por desposesión (GUTIÉRREZ e DELCLÒS 2017, p.2).

A Espanha é reconhecidamente um dos países europeus em que a aposta e as consequências danosas da crise imobiliária foram mais graves, seguida de Irlanda, Reino Unido e Chipre que também sofreram sérias consequências pelo colapso do modelo (ROLNIK, 2015; HARVEY, 2018). Segundo dados publicados pela Coalizão Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade (articulação composta por movimentos e entidades da sociedade civil e académicos) no ano de 2007 o crédito hipotecário significava cerca 47% do PIB da União Europeia (2020, p. 41).

No caso espanhol, “la fiesta inmobiliaria, el tsunami urbanizador”, como referem os autores (GUTIÉRREZ e DELCLÒS, p. 2017), entrou em colapso no ano de 2008, desencadeando forte abalo na economia do país com consequências graves sob o território e sob a vida da sociedade. À época, o setor imobiliário chegou a representar 18% do PIB, um valor que poderia ser estendido a 30% se incluirmos as atividades econômicas indiretas que estão vinculadas ao processo imobiliário de construção, tendo gerado empregos à, pelo menos, 13% da população (COLAU e ALEMANY 2012). Em Barcelona, mais de 30% das empresas criadas entre os anos 2000 e 2007 pertenciam a algum ramo do setor imobiliário, representando forte impacto de inchaço na economia da cidade, chegando ao patamar de representar 55% de desenvolvimento devido ao boom imobiliário de moradias e obras públicas (BORJA 2010).

Aaron Gutiérrez e Xavier Delclòs (2017), em pesquisas desenvolvidas sobre a expansão urbana no território da Catalunha - um dos territórios mais afetados, sobretudo na região metropolitana de Barcelona -, afirmam: “En el caso de Cataluña, el CREAM a partir de sus cuatro ediciones de la cartografía de cubiertas del suelo, ha cuantificado que entre 1993 y 2009 la superficie urbanizada se ha incrementado un 49%” (287).

Tomando por parâmetro a criação de novos lares ao ano, Colau e Alemany (2012) afirmam que a aposta imobiliária extrapolou bases reais de demanda.

Entre los años 1997 y 2007 se crearon 390.000 nuevos hogares anualmente. En el mismo período se construyeron 6,6 millones de viviendas, lo cual significa que las viviendas iniciadas durante este período superaron en casi un 60 % la creación neta de nuevos hogares. Por tanto, en un país con la ratio de viviendas per cápita más elevada de toda la Unión Europea, y con más del 20% de los pisos vacíos, el encarecimiento de las viviendas no podía explicarse por la escasez del bien (p. 46/47).

A produção elevada de moradias não significou um fator facilitador de acesso, uma vez que, entre 1997 e 2007 os valores das moradias tiveram altas da ordem de 232% (SALA 2018; BORJA 2010). Com

isso, a Espanha tornou-se um dos países da União Europeia com maior taxa de aumento de preços no mercado imobiliário. Conforme Colau e Alemany (2012, p 28), “En una apuesta por un crecimiento fácil, España se entregó durante años a la fiesta inmobiliaria. Se construyeron más viviendas que en Alemania, Italia y Francia juntas”. Segundo Jordi Borja,

Como era previsible, la importancia adquirida por el sector inmobiliario y la construcción nos ha hecho económicamente muy vulnerables. Una espiral que no se puede mantener, una especie de juego de pirámide que beneficia a una minoría de especuladores y empobrece a la mayoría. La crisis que se inicia cuando escribimos este capítulo (2008) fue una crónica anunciada desde hace tiempo por los “críticos” al sistema, tanto en América y en Europa como aquí, pero la alianza impía entre el sector inmobiliario-financiero, los responsables políticos cómplices o débiles, el apoyo mediático y el silencio interesado de los profesionales se negaba a considerar una evidencia: el camino emprendido llevaba al precipicio (BORJA 2010, 219, grifos do autor)

O modelo urbanizador implantado no caso Espanhol, como em qualquer outro caso, se viabilizou a partir de importantes medidas de ajustes do Estado permitindo maior liberdade e protagonismo do mercado, conjugadas com uma intensa produção simbólica protagonizada pelo Estado e pela mídia. Estratégias discursivas criaram o ambiente de interpelação às famílias para a aquisição do imóvel, via a tomada de crédito.

Durante prácticamente una década, la población española se vio sometida por tierra, mar y aire a un alud de mensajes que reforzaban una única idea: si no eres propietario, no eres nadie. Por todos lados y a todas horas se escuchaba una y otra vez la misma canción: que la burbuja inmobiliaria no existía, que los precios de las viviendas nunca bajarían, [...] Más que opiniones, eran sentencias inapelables que se dejaban caer en toda clase de situaciones y conversaciones. Frases hechas que corrían de boca en boca y que acabaron integrándose en el sentido común de la gente (COLAU e ALEMANY 2012, 42).

A concessão de crédito por parte dos bancos para as famílias não só era facilitada como insidiosa. Além do crédito com 40 e até 50 anos para pagar – comprometendo valores futuros de uma vida laboral inteira –, era comum a concessão de créditos de 100% a 120% do valor do imóvel (COLAU e ALEMANY 2013). Para imigrantes, haviam campanhas de publicidade dirigidas estimulando a tomada de crédito hipotecário. García Lamarca (2019) cita o exemplo de publicidades de bancos aplicadas em tapumes de obras usados durante a reforma iniciada em 2005 na Catedral de Barcelona - um dos mais importantes pontos de visitação da cidade - oferecendo à imigrantes facilidades especiais para a tomada de crédito hipotecário.

Lamentavelmente, o sonho facilitado da aquisição de um imóvel via hipoteca como forma estável e segura de moradia tornou-se um pesadelo para milhares de famílias e para a economia espanhola. Assim como ocorreu nos EUA, o setor financeiro, livre para mover-se globalmente, ao se dar conta de que havia uma bolha imobiliária insustentável, deslocou seus investimentos do ramo imobiliário, desencadeando uma série de desestabilizações. Uma vez que o setor da construção civil vinha cumprindo o papel central de motor da economia espanhola, sua desaceleração impactou de imediato os diferentes ramos industriais e de serviços envolvidos, gerando desemprego, especialmente entre imigrantes.

Com os juros elevados e o desemprego atingindo 26% da população economicamente ativa e 47% entre os jovens e imigrantes (CASTELLS 2013; GARCÍA LAMARCA 2019), o drama se instala na vida as

famílias e pessoas que ficaram desempregadas e incapacitadas de manter suas contas em dia. Quando se viam impossibilitadas de pagar a hipotecas, por desemprego ou outras adversidades da vida, as famílias davam-se conta de que haviam pago por vários anos sem ter amortizado nada do capital tomado de empréstimo e que o atraso de apenas três meses das parcelas era o suficiente para que a instituição financeira abrisse processo para resgate do imóvel hipotecado.

Contratos considerados abusivos que superprotegeram as instituições financeiras sem que as pessoas leigas se dessem conta, não apenas por desconhecimento de termos jurídicos, mas porque realmente não lhes era explicado devidamente o contrato. Um exemplo disso foi o uso do indexador de juros IRPH, que posteriormente foi alvo de sentença judicial condenando os bancos por não haver oferecido às famílias outra alternativa de indexador mais estável, o Euribor. Outro exemplo de cláusula posteriormente considerada abusiva pelo poder judiciário, dando vazão à uma sobrecarga de processos nos tribunais, foi a chamada “cláusula suelo”, onde o tomador do crédito declarava abrir mão de beneficiar-se em caso de uma baixa dos juros. Outro abuso da relação contratual era a previsão de que apenas três meses de inadimplência autorizava ao banco a realizar abertura de processo de resgate do bem hipotecado, podendo este resgate ser estendido à bens de familiares que haviam assinado como avalistas, normalmente pais e avós proprietários de suas moradias (COLAU e ALEMANY 2012).

Com a crise, todas as artimanhas contratuais que deixavam os riscos no lado mais frágil, as famílias, ficaram a descoberto. Logo os tribunais encheram-se de demandas de execução hipotecária.

Según datos del poder judicial, entre 2007 y el tercer trimestre de 2011 se iniciaron 349.438 ejecuciones hipotecarias en España. Según datos de 2011, cada día se inician 212 procesos; es decir, 6.360 al mes. [...] Cuando se produce una situación de impago, la vivienda va a subasta; si la subasta queda desierta, que es lo que ocurre el 90 % de los casos en el contexto actual de crisis, las entidades financieras pueden adjudicarse la vivienda por el 60 % del valor de tasación (hasta hace poco, era el 50 %). La diferencia de la deuda que no quede cubierta por este 60 %, más los intereses de demora y las costas judiciales del proceso (ambos muy elevados), quedarán como una deuda viva para la persona expropiataria. Una deuda que además genera nuevos intereses, y esto, en la práctica, imposibilita llegar a saldarla (COLAU y ALEMANY 2012, 30/31)

É sempre importante expressar que nesses momentos de crises de ordem econômica, as desigualdades estruturais de gênero e etnia, junto com a condição de classe, agravam a condição de vulnerabilidade à qual são expostas as pessoas e famílias. Como afirma estudo de Aaron Gutiérrez e Xavier Delclòs (2017), a crise não atingiu de forma igual os territórios e as famílias. Os bairros mais populares e as famílias com menores ingressos foram os mais atingidos, ampliando ainda mais desigualdades sócio-espaciais. Ainda, segundo os autores, as execuções hipotecárias “se habían concentrado especialmente en las familias con menor renta; esencialmente, aquellas más afectadas por el paro y, también, colectivos más vulnerables, como familias monoparentes o inmigrantes” (p. 27). Quando os autores referem-se a famílias monoparentais, na maior parte dos casos, como mostrarão dados adiante, é de mães com seus filhos que falam.

Em um contexto em que milhares de famílias se viam despejadas de suas moradias por não conseguirem pagar suas hipotecas, se colocava a paradoxal contradição capitalista: de um lado, os bancos iam incrementando seus parques de moradias vazias para fins de especulação imobiliária e de outro, milhares de famílias perdiam seus lares, além de terem seu futuro comprometido por uma dívida hipotecária impagável. Dos 17 principais bancos credores de hipotecas, dois deles concentram mais de

50% das desapropriações. E, para tornar a contradição ainda mais grave, foram justamente esses dois bancos os que mais se beneficiaram dos aportes de recursos públicos em diferentes medidas institucionais em socorro aos bancos, empreendidas pelo Estado, no auge da crise. Segundo Gutiérrez e Delclòs (2015), entre 2009 e 2013, as diferentes medidas de resgate com recursos públicos aos bancos consumiu cerca de 25% do PIB do Estado espanhol.

En nuestro país, el estallido de la burbuja inmobiliaria marcó un punto de inflexión en el panorama social, económico y cultural. Los mitos que se habían instalado en el imaginario popular como dogmas de fe infranqueables empezaron a hacerse añicos. Leyendas urbanas como las que pregonaban que los precios de las viviendas no podían bajar fueron cayendo por su propio peso, y el mito de que el mercado libre no se puede intervenir se resquebrajó con las inyecciones de dinero público en el sector bancario (COLAU y ALEMANY 2012, 90).

Tal como afirma David Harvey “as crises deixam em seu alvorecer uma massa de ativos desvalorizados que podem ser comprados a preço de banana por quem tem dinheiro” (2018, 91), como ocorreu com as moradias retomadas pelos bancos e com os títulos hipotecários convertidos em carteiras de ativos oferecidas no mercado financeiro. O ciclo de despejos por execuções hipotecárias que teve seu auge entre os anos de 2009 e 2013 se constituiu num grande negócio para os fundos de investimentos, tais como o grupo estadunidense Blackstone que em pouco mais de 5 anos se converteu no maior proprietário de imóveis para fins de locação na Espanha. É comum ouvir-se e ler-se a referência aos fundos de investimento como “*fondos buitres*”, já que o acúmulo de tamanho patrimônio só foi possível mediante o dramático processo de despejo de milhares de famílias de seus lares, executada pela força do aparato estatal. O interesse de investir no mercado imobiliário para aluguel no território espanhol de parte do fundo Blackstone é excepcional. Nem mesmo parques públicos de moradia social escapam do seu alvo empreendedor. Em 2013 o fundo comprou 1.860 apartamentos destinados a aluguel social da Empresa Municipal de la Vivienda y Suelo de Madrid (EMVS).

Vale lembrar que não trata-se de contradição nova, tal como afirma Rosa Luxemburgo sobre os mecanismos de expropriação que, ao lado dos mecanismos de exploração da força de trabalho, sempre operaram de forma organicamente vinculadas e contínuas na história do capitalismo (HARVEY 2013; FRASER e JEAGGI 2020). De um lado o desemprego, as dívidas hipotecárias, o empobrecimento e os despejos como realidade de significativa parte da população. De outro lado, os generosos gestos do Estado em socorro aos bancos privados. Contradições explicitadas de forma paradigmática.

CASA SEM GENTE E GENTE SEM CASA

Com a crise, todas as artimanhas contratuais que deixavam os riscos no lado mais frágil, as famílias, ficaram a descoberto. Conforme dados do Consejo General del Poder Judiciário – CGPJ – sobre despejos e execuções hipotecárias na Espanha entre os anos de 2007 e 2012, a relação é de 5,82 despejos por cada mil lares. A Catalunha é a comunidade autônoma mais afetada, com uma média de 8,96 despejos por cada mil lares e, em termos de cidades, Barcelona é a primeira do ranking de despejos proporcionalmente ao número de lares, seguida de Madri, em segunda posição (COLAU e ALEMANY, 2013).

Um novo ciclo de ajustes neoliberais: “la burbuja del alquiler”

Em 2013 e 2014 as execuções por inadimplência de hipotecas recuam e deixam de ser o principal motivo dos despejos. Um novo ciclo se alça colocando o mercado de moradias por aluguéis no centro do problema. Matéria do jornal *El País*, de 1º de maio de 2019 afirmava que na comunidade autônoma de Madri 80% dos despejos realizados no ano de 2018 se deram por dívida de aluguel. A matéria analisa a publicação de um estudo sobre os efeitos da crise econômica e a consequente inadimplência dos aluguéis, causando sobrecarga ao órgão judiciário, realizada pelo Conselho Geral do Poder Judiciário (CCPJ). O que a matéria e o estudo não dizem é que não se trata de efeitos de uma crise. Trata-se de um projeto, de uma política. A publicação acima referida, da Coalizão de Ação Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade (2016), afirma que fundos como Blackstone e Goldman Sachs tornaram-se poderosos proprietários de imóveis e, desde *Wall Street*, têm comandado o mercado de locações de imóveis para moradia no mundo inteiro, produzindo “ajustes planetários de alquileres” (p. 22).

A consequência prática disso tem sido o aumento do preço de aluguéis, como informa a matéria do caderno de economia do *Jornal El Periódico*, de 01 de setembro de 2020: “El precio de la vivienda en alquiler se disparo el 52% en los últimos cinco años. En el caso de Catalunya, la subida fue de 60%”. Com isso, as famílias passaram a comprometer uma parcela cada vez maior de renda para manter o aluguel. Uma realidade que, no caso da Espanha, era mais grave comparada a outros países da Europa, como mostram os dados do estudo de Crespi-Vallbona e Domínguez-Pérez (2021): “más del 40% (en Barcelona el 42,7%) de los ingresos familiares se dedican a pagar el alquiler, porcentajes mucho más altos, por ejemplo, que en Francia, Suiza o Alemania donde tales porcentajes son del 16,5%, el 18,2% y el 23% respectivamente” (p. 69).

Trata-se de um novo ciclo de ajuste espaço-temporal e territorialização de capitais. Um movimento em que, no caso espanhol, após mais de uma década e meia de franca expansão flexível de capitais na forma de créditos hipotecários, títulos e outros derivados circulando no mercado global das finanças, o capital projeta-se para a imobilização no espaço. Essa territorialização se dá pela monopolização e monetização da moradia como ativo financeiro, ou seja, títulos de propriedade dadas não por um real valor de troca do bem, mas pela prospecção ou antecipação de um fluxo futuro de renda ou pela condição futura de escassez do bem (HARVEY, 2013; ROLNIK, 2015). Também, como fica evidente no relato do caso espanhol, essa prática monopolista rentista possibilita a ampliação do poder de incidência nos valores do mercado de aluguéis e, com isso, a seletividade do perfil de acesso à moradia e a partes da cidade, ou a cidade mesma. Aqui vale ressaltar que a moradia cumpre o papel de um portal de acesso a outros direitos, serviços e possibilidades de sociabilidade e desenvolvimento. A condição de acesso seguro, adequado e a localização de uma moradia condicionam a qualidade e nível de acesso a outras demandas e direitos fundamentais para a reprodução social da vida.

O cercamento das possibilidades: alternativas precárias de moradia

Uma das consequências inevitáveis desse processo é justamente a segregação socioespacial. Um processo de cercamento sem cercas físicas, mas muito concretas, que determina quem pode ficar e quem deve sair de determinados territórios conforme critério de interesse de mercado. Assim como amplamente se pode afirmar que os deslocamentos forçados do campo marcam a história da urbanização industrial, os deslocamentos forçados mediante práticas de despossessão urbana marcam a história em curso do urbanismo neoliberal (BRENNER, 2016, 2020).

Conforme afirma a publicação da Coalizão de Ação Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade de 2016, o presente processo que exclui “activamente a los pobres de las ciudades es la esencia de la historia de la vivienda bajo el régimen neoliberal” (p.19/20). Um processo que, nos termos de Butler

(2018), consiste em precarização forçosa das condições de vida de pessoas e famílias, empurradas para alternativas de habitação “indignas”, termos esse recorrente nos coletivos de luta por moradia da Espanha para qualificar as alternativas precárias de moradia oferecidas pelo mercado e pelo Estado.

Jovens e imigrantes são os públicos mais afetados pelas dificuldades de acesso à moradia. Segundo o portal “*pisos.com*”, sobre apartamentos compartilhados entre diferentes famílias na Espanha, mais de 80% dos casos de aluguel de apenas um quarto como alternativa de moradia é ocupado por jovens entre 18 e 35 anos. Numa reportagem especial do Jornal El País, intitulada “Una generación en busca de futuro”, de 28 de junho de 2021, há um capítulo inteiro dedicado ao problema da moradia entre jovens. A reportagem apresenta o caso de Alexandra, jovem de 29 anos que trabalha em tempo integral em uma multinacional na qual recebe 1.050 euros. Ela tem duas graduações, uma de jornalismo e outra de relações internacionais. A jovem destina 40% de sua renda no aluguel do quarto onde mora, em Madri, compartilhando o apartamento com outras pessoas que conheceu por aplicativo. A mesma matéria informa que “en Barcelona se paga de media 453 euros por habitación y en Madrid se llega a los 426 euros mensuales.”

Dois outros exemplos de condição precária de moradia que vem sendo ofertadas em campanhas de marketing como solução economicamente acessível, sobretudo para pessoas que moram sozinhas, são as chamadas habitações colmeias e a hospedagem em hostels por longos períodos. A primeira alternativa, se é que assim deve ser chamada, são as habitações ou “pisos colmena”, que vêm sendo implementadas à margem da legalidade urbanística nas grandes cidades espanholas, como no caso de Madri e Barcelona. Trata-se de alguns poucos metros quadrados de habitação individual, como pode ser observado na figura 1, com uso comum de banheiro e cozinha – ou alguns equipamentos tais como microondas e refrigerador, sem a possibilidade de cozinhar fazendo uso de fogão. Não há lavanderia disponível. Na Espanha a empresa que vem instalando-se sem prévia licença, justamente por não responder aos mínimos exigidos pelas normas urbanísticas de habitabilidade, é a Haibu 4.0. No entanto, ainda que na clandestinidade, a empresa veicula campanhas de publicidade livremente em que as minúsculas e precárias habitações são apresentadas após belas cenas urbanas, com prédios e monumentos históricos das cidades de Madri e Barcelona, entre outras da Europa e do mundo, associadas ao uso de adjetivos tais como “vivir con comodidad y inteligencia”.



Figura 1 – Morar em cápsulas

Fonte: Fotografia de Joan Sanches em matéria intitulada “Haibu es la empresa que construye en Barcelona los denominados pisos colmena. EL PAÍS visita uno de ellos que se han habilitado, de forma clandestina, en la trastienda de un local”, https://elpais.com/elpais/2019/02/12/album/1549965431_630858.html#fotogal1, acesso em 01 out 2021.

Ainda outra forma de moradia precarizada que vem sendo a alternativa de pessoas que vivem sozinhas é a peregrinação como hóspede em hostel turísticos, alternativa que se torna mais acessível do que o aluguel de apartamentos, ou mesmo quartos em apartamentos compartilhados por mais de uma família, o que é bastante comum, especialmente entre imigrantes. “Vivir en un hotel es ahora más barato que alquilar un piso” é o título da matéria do site especializado em Hostel para turista, chamado HostelTur, datada de 2 de novembro de 2020, referindo-se à Espanha e Portugal.

Os deslocamentos forçados e a segregação socioespacial

Outro fenômeno provocado pelo *boom* nos preços dos aluguéis são os deslocamentos de famílias das grandes cidades, tais como Madri e Barcelona, para cidades satélites ou mesmo pequenas cidades mais afastadas da região metropolitana. Trata-se de um processo de gentrificação das áreas de interesse imobiliário, sobretudo as associadas ao mercado do turismo, valendo-se de recursos confessos e inconfessos. Segundo um boletim publicado em 2017 por um dos coletivos de moradores do bairro Raval - um dos bairros mais tradicionais de Barcelona e próximo a pontos turísticos muito visitados -, há duas maneiras de “echar a los vecinos y vaciar un edificio para especular”. A primeira é “Hacer obras carísimas por mayoría de la propiedad y echar a los vecinos pobres que no pueden asumir gastos comunitarios”. A segunda é “Dejar degradar el edificio y echar a los vecinos que resisten abandonarlo”. Em seguida, o documento afirma: “Los narcopisos que hacen la vida imposible a los vecinos del Raval de Barcelona y los alquileres protegidos con los que Ana Botella mercadeó en Madrid tienen algo en común: su propietario es Blackstone, el casero buitre global”.

Segundo a denúncia do coletivo, tem se tornado comum a prática explícita de parte dos fundos e grandes proprietários de deixar degradar apartamentos e prédios para forçar os moradores antigos a abandoná-los e, em seguida, recuperá-los para novo perfil de público. No caso do Raval e outros bairros

tradicionais de Barcelona que são alvo de interesse da especulação imobiliária, a interessada convivência com as ocupações de narcotraficantes para a venda de drogas – *los narcopisos* - tem se tornado um método recorrente para desvalorizar regiões inteiras, abrindo caminho para processo de gentrificação. Com isso, conforme afirma estudo do Instituto de Governança e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona – IGOP/UAB – intitulado “Efecto Barrio. Segregación residencial, desigualdad social y políticas urbanas en las grandes ciudades ibéricas”, há

un agravamiento de la segregación residencial, la cual no solo refleja las diferencias sociales, sino que contribuye de manera decisiva a mantenerlas y a incrementarlas. De este modo, la segregación incide en la desigualdad de la ciudadanía en el ámbito de la vivienda, la educación, las oportunidades laborales, el acceso a la energía y también de la salud” (NEL.LO, 2021).

A turistificação e gentrificação operando para a cidade mercadoria

O processo de turistificação das grandes cidades globalizadas, sobretudo daquelas com atributos arquitetônicos e históricos de notoriedade, tem sido um incisivo mecanismo de mercantilização das cidades. Um processo que consiste na conversão das cidades ou parte delas em cenário hiperespecializado para atividades e serviços voltados ao turismo (López-Villanueva e Crespi-Vallbona, 2021). Uma racionalidade do espetáculo consumível impõe-se monopolizando a cidade – ou partes dela – alinhando física e simbolicamente o espaço urbano para o mercado do turismo (HARVEY, 2006). Nessa esteira, a moradia que antes era destinada ao mercado habitacional, passa a ser drenada para o mercado do turismo. Esse é um dos principais mecanismos de especulação com a moradia por parte dos agentes financeiros imobiliários e responsável pela expulsão e deslocamentos de moradores, como referido anteriormente.

Na Espanha, Barcelona e Madri são cidades que apresentam características similares quanto ao perfil e conflitos gerados pelo processo de turistificação e gentrificação decorrente. Como afirmam López-Villanueva e Crespi-Vallbona (2021, p. 5), “En Barcelona, como ejemplo de ciudad del sur de Europa, el proceso de gentrificación ha ido unido a dinámicas por las cuales los vecinos han sido reemplazados por una población “flotante” de turistas y otra de carácter temporal” (grifo das autoras). Os gráficos apresentados nos a seguir – 1 e 2 - demonstram a evolução do turismo internacional nas cidades espanholas e o impacto que pode ser identificado nos valores do mercado de aluguéis em Barcelona, comparativamente à média da Espanha, conforme apresentam Montserrat Crespi-Vallbona e Marta Domínguez-Pérez (2021).

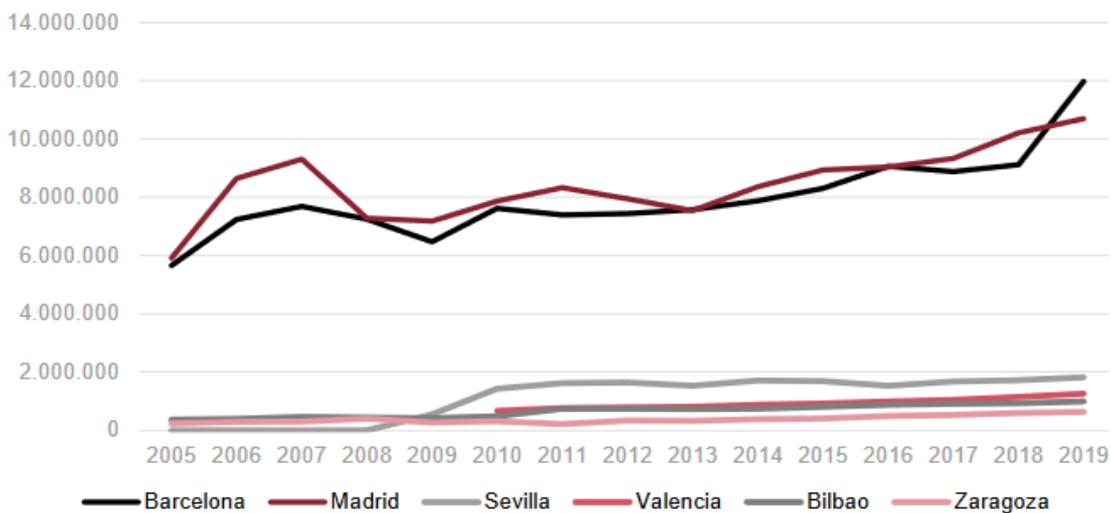


Gráfico 1 - Evolução do turismo internacional nas cidades espanholas (2005-2019)

Fonte: CRESPI -VALLBONA, Montserrat e DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta. Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades. El caso de Madrid y Barcelona. Ciudad Y Territorio - Estudios Territoriales. Vol. LIII, n.º Monográfico. 2021, p. 65, disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/89160/64910>, acesso em 04 out 2021.

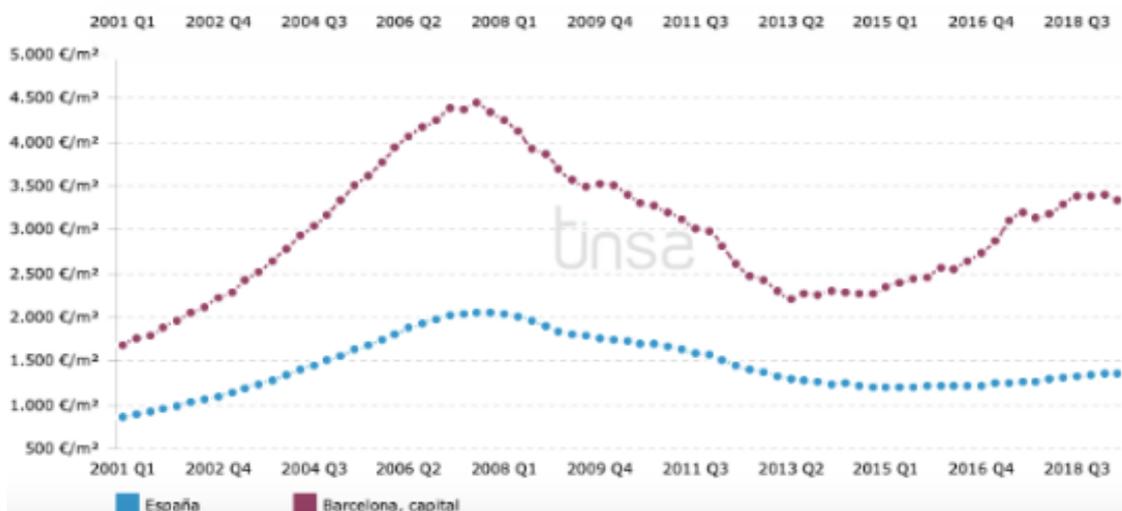


Gráfico 2 - Evolução do preço dos imóveis para moradia em Barcelona

Fonte: CRESPI -VALLBONA, Montserrat e DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta. Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades. El caso de Madrid y Barcelona. Ciudad Y Territorio - Estudios Territoriales. Vol. LIII, n.º Monográfico. 2021, p. 65, disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/89160/64910>, acesso em 04 out 2021.

O primeiro gráfico, que apresenta o incremento do turismo, além de demonstrar que Barcelona é a cidade espanhola mais afetada pelo fenômeno, também demonstra que essa é uma tendência em

movimento ascendente. Já, com relação ao incremento dos preços das moradias, verifica-se no segundo gráfico que o caso de Barcelona também extrapola as médias nacionais. Nele, fica evidente os dois picos de elevação dos custos da moradia, sendo o primeiro deles no período auge do boom imobiliária – entre início dos anos 2000 até a 2008 – e o segundo, ainda em curso, pós 2015, período em que se tornou explícita a estratégia de ajuste espacial pós crise de 2008, com todo o processo de monopolização da moradia anteriormente descrito e a imposição do chamado boom dos aluguéis.

Um processo em curso de conversão das funções e conteúdos da cidade, ao qual Neil Brenner oferece uma leitura bastante dura, estabelece comparação das cidades contemporâneas com *commodity* do capitalismo neoliberal (2020, p. 245). Na mesma linha, David Harvey trata da transformação da cidade com seu capital simbólico e coletivos como *commodity* a serviço dos atores e processos de extração de renda monopolista (2006). Harvey usa justamente o caso de Barcelona como um exemplo paradigmático de avanço do controle privado sob a funcionalidade e racionalidade no uso da cidade pelo e para o mercado do turismo (2006, p. 231-233). Nessa perspectiva, a chamada turistificação da cidade opera duplamente em favor da renda monopolista: na especulação da moradia acumulada via processos de despossessão continuada – das execuções hipotecárias à gentrificação operada pelas estratégias de expulsão dos moradores de áreas de interesse – à mercantilização dos atributos culturais, arquitetônicos e naturais para o turismo.

AS VIDAS PRECARIZADAS: RELATOS DE VIVÊNCIAS

Uma narrativa e análise genérica dos processos sociais não bastam para visibilizar a esfera e escala onde se materializam e corporificam as contradições de forma mais dura, mas também onde habitam as fissuras e escapes. Essa esfera é o cotidiano e essa escala pode ser o lar de uma família ou o corpo como espaço e território atravessado por múltiplos conflitos de poderes. Corpos diferencialmente afetados a depender da classe, do gênero, da etnia, de portar alguma deficiência ou outros marcadores convertidos socialmente em condicionalidades de existência.

Melissa Garcia Lamarca (2019), em artigo cujo argumento é resumido no título “Deuda hipotecaria fallida, persona fallida: la financiarización de la vivienda y de la vida en Cataluña”, afirma: “Al preguntar cómo la financiarización de la vivienda durante el boom inmobiliario se relaciona con la experiencia vivida por personas hipotecadas que ya no pueden pagar su deuda, el artículo trata de manifestar cómo el proceso de hipotecar la vivienda puede ser equivalente a hipotecar la vida misma” (p. 2). A autora chama a atenção para a necessidade de visibilizar como as pessoas, seus corpos e subjetividades, foram profundamente afetados pelo processo de precarização imposta pela aposta financista-imobiliária em cooperação por ação ou omissão do Estado. Para compreender a dimensão vivida da problemática refletida, é preciso acionar as histórias vividas e narradas em primeira pessoa. Lali, natural da Argentina que morava na Colômbia de onde migrou em 2006, em busca de serviço médico especializado para uma doença grave na coluna que acometia seu filho, testemunha: “Cuando pierdes el techo y pierdes el piso, lo pierdes todo: pierdes la seguridad, la contención y se vuelves como un terremoto, un maremoto y un huracán todos juntos” (Lali - entrevistada).

Uma condição de precariedade imposta, conforme termo proposto por Judith Butler (2018) para referir a condições de insegurança e vulnerabilidade geradas por opções políticas governamentais e de atores econômicos na forma de distintas medidas, negligência ou violência que afetam diferencialmente a vida de grupos sociais.

Vulnerabilidades impostas: o adoecimento dos corpos desde uma perspectiva de gênero e da condição de migrante

Conforme estudos realizados em parceria entre órgão da administração pública de Barcelona, movimentos sociais e ONG ligados ao tema da moradia, publicados na forma de informes, a insegurança habitacional atua como desencadeador e agravador de doenças diversas. Um exemplo é o Informe III, intitulado “Radiografias sobre a situação do direito à habitação, a pobreza energética e o seu impacto na saúde em Barcelona”, de 2018. O estudo teve como metodologia a realização de entrevistas com profundidade com 167 pessoas com problemas de moradia que buscaram a Plataforma de Afetados pelas Hipotecas – PAH – e/ou a Aliança contra a Pobreza Energética – APE. Além de uma análise de perfil evidenciando particularidades da situação a depender do gênero e da condição de imigrantes, que serão abordadas adiante, o estudo comparou dados das pessoas em insegurança habitacional com dados gerais da população de Barcelona. Do grupo pesquisado 72,9% são mulheres e 2/3 são imigrantes (53% de origem do Equador, seguidos de República Dominicana e Marrocos). Dentre os imigrantes, 93% chegaram na Espanha há mais de 10 anos, no entanto, apenas 6,4% encontravam-se em situação documental regular.

Em termos de queixas relacionadas à saúde física, o estudo afirma que 30% dos homens e 54,8% das mulheres da PAH e/ou APE alegam que seu estado de saúde estava ruim ou muito ruim, enquanto que entre a população geral de Barcelona, observa-se que 15,5% dos homens e 22,6% das mulheres declararam sua percepção acerca de seu estado de saúde como ruim ou muito ruim. Em termos de queixas com relação à saúde mental, o estudo demonstra que 70% dos homens e 82,3% das mulheres da amostra apresentam saúde mental ruim. Na população de Barcelona, as percentagens eram de 16,5% nos homens e 20,3% nas mulheres apresentando queixas com relação a saúde mental (Informe III: Radiografia sobre a situação do direito à habitação, a pobreza energética e o seu impacto na saúde em Barcelona, 2018, p. 27/28; tradução própria).

O mesmo informe afirma, de forma categórica, que a falta de acesso a uma moradia digna pode afetar a saúde mental e física das pessoas de maneiras diferentes, dependendo dos diferentes eixos de desigualdade (gênero, idade, classe social, etnia ou território). Segundo o Informe II, dedicado a analisar desde uma perspectiva de gênero a problemática da habitação e da pobreza energética, em 80% dos casos de famílias mantidas por um adulto apenas, essa pessoa é do sexo feminino. Disso decorre a substituição do termo família monoparental para família monomarental. O estudo afirma que a condição desigual das mulheres no mercado de trabalho, assim como a carga excessiva e desigual de responsabilidades com as tarefas do lar e dos cuidados de menores e idosos são fatores que se sobrepõem acarretando maiores dificuldades no acesso a demandas essenciais da vida, tais como a alimentação e moradia.

Quando falamos da crise multidimensional que vivemos desde cerca de 2008, muitas vezes esquecemos a chamada “crise do cuidado” que é, sem dúvida, a mais antiga e está na origem dos pilares que ainda sustentam a desigualdade de gênero e sua influência em fatores como acesso à moradia e suprimentos básicos (Informe II, 2018, p. 20, grifos do original e tradução própria).

O estudo segue afirmando que dentre as mulheres em situação de vulnerabilidade, ou risco de, as mulheres imigrantes encontram ainda maiores dificuldades para a manutenção de suas vidas e de suas famílias.

Ao refletir sobre as tarefas do cuidado, é fundamental falar sobre as trabalhadoras domésticas. O trabalho doméstico e do cuidado representa 5% dos empregos e estes são ocupados por mulheres em 90% dos casos; sendo que de 50 a 60% destes são ocupados por trabalhadoras migrantes. As condições

de trabalho são muitas vezes precárias, sem acesso à cobertura e proteção jurídica. É por isso que a taxa de risco de pobreza que afeta a este público ultrapassa 80% (Informe II, 2018, p. 23, tradução própria).

Nos testemunhos colhidos em entrevistas com as mulheres imigrantes, ficaram evidentes as sobreposições de diferentes fatores decorrentes da condição de gênero e etnia na inserção laboral e na sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados, operando como agregadores de riscos e gravidade da vulnerabilidade habitacional. Das oito mulheres ouvidas sobre suas vivências pessoais de problemas com a moradia – todas imigrantes - quatro trabalhavam na área da limpeza e cuidado e duas em outros serviços, porém sem registro laboral formal. Outra vivência que se repetiu entre as entrevistas foi o conflito conjugal e a separação como fator desestabilizador da renda familiar que, ou acarretou a impossibilidade de pagamento das hipotecas ou agravou a problemática já estabelecida, deixando-as sozinhas para enfrentar o problema da moradia e a manutenção da família. Cinco delas atravessaram tudo isso arcando com a responsabilidade da guarda de filhos menores de idade e duas, além de filhos, tinham seus pais idosos morando junto e arcavam com a responsabilidade do cuidado destes.

A peruana Maria Elena, após passar por uma separação conjugal, ficou sozinha arcando com o cuidado de um filho ainda na primeira infância e de sua mãe em tratamento de câncer. Isso enquanto trabalhava longas jornadas como camareira para arcar com o sustento da família e o pagamento da hipoteca, condição que suportou por três anos. Com a inadimplência, Maria Elena perdeu sua casa. Com profunda indignação, ela testemunha:

8 años de pago. Pero eso no contaba porque cuando me fui informando se ve que no había pagado nada, sólo intereses. Entonces me dio rabia, impotencia. Y toda la información que iba teniendo, preguntando al banco, era verdad lo que decía la PAH también. O sea, no paga nada, estaba dando de comer al banco. Y yo dejando de comer para pagar a los bancos. Al final decidí no pagar más (MARIA ELENA, entrevistada).

Tiucha, também peruana, havia pago sua hipoteca por 10 anos, quando instalou-se a crise e a impossibilidade de seguir pagando e, nessa situação, ainda teve que enfrentar uma separação.

[...] no ha sido un divorcio. Es que mi marido, como todo hombre, un cobarde, me dejó con todo eso. No me he divorciado, pero, se fue de mi casa. Se fue y me dejó. Yo tuve el valor de salir adelante, con la ayuda de mi hija y de mi padre que vive conmigo y sigo luchando para tener ahora el piso.

Y, de salir de eso, me dio un cáncer y me jubilaron. A raíz de esto, ahora, me dio trigémino. [...] Es una inflamación en el nervio central de la cabeza. Entonces, mira, yo tengo eso para hablar... yo tengo parálisis facial. Hay días que no puedo ni hablar, que mi lengua se traba. Si me ves que estoy dormida, como decirle, es que me da una crisis; es como un epiléptico que me da. Y cada vez que me despertaba de la convulsión era como si hubiera dormido 24 horas seguidas. Todo eso ha empezado después de los problemas con mi vivienda. O sea, desde que perdí el piso era como un bajón para mí (TIUCHA,entrevistada).

Com a equatoriana Manuelita a história não mudou muito. Ela e seu esposo haviam pago a hipoteca por 9 anos e perderam o imóvel após diminuir a renda dos trabalhos informais que exerciam, como normalmente ocorria com imigrantes. Seu companheiro regressou para seu país de origem, na América Latina e Manuelita ficou com sua filha menor de idade, mantendo a família com serviços esporádicos de limpeza. Logo não pode mais arcar com a hipoteca e perdeu seu apartamento.

Vulnerabilidades impostas: o adoecimento da alma

As implicações da insegurança residencial na saúde mental têm sido amplamente abordado em pesquisas (PANYELLA, 2015). A face mais extrema deste drama está nos indicadores de casos de suicídio de populações afetadas em comparação com indicadores médios da população espanhola. As angustiantes palavras de Lali demonstram como é sentir-se sem saídas:

Entonces, la bola se convierte en un lugar sin salida. No te dejan alternativa. Luego, todo lo que es la parte práctica, la parte económica, está también la parte emocional y todo lo que sufrimos. [...] Llega una hora que uno llega al estado de locura. ¡Todos los que pasamos por este lugar pensamos en la muerte, todos los que pasamos por este lugar llegamos a odiar todo! ¡Cuando pierdes el techo y pierdes el piso, lo pierdes todo! Pierdes la seguridad, la contención y se vuelve todo como un terremoto, un maremoto y un huracán todos juntos (LALI - entrevistada).

Segundo informações divulgadas pela PAH e outras entidades, a cada semana, 34 pessoas cometem suicídio na Espanha em decorrência de não encontrar mais alternativa para assegurar um teto para sua família. O drama de ver-se sem saída é testemunhado por várias pessoas que o viveram no livro “Voces y Miradas”, produzido pela PAH e a Agência de Saúde Pública de Barcelona, prefaciado por Raquel Rolnik e publicado em 2018. Nas páginas do livro, as palavras de Jordi demonstram o estado extremo de ver-se sem saída a que chegam às pessoas que enfrentam essa situação: “Necesitan una solución ya, que no pueden tener sobre todo a sus hijos desatendidos, sin comer, sin... que todo eso lo único que trae es eso, es depresiones, enfermedad, suicidios, es que todo, trae todo, es que la gente se le va a la olla y acaba haciendo locura” (p. 38).

Trata-se de um autêntico e duro processo de precarização da vida mesma em decorrência de endividamentos e da imposição da lógica de mercado à moradia. “Son dinámicas que demuestran cómo los procesos contemporáneos de financiarización se entrelazan con la política de la vida y producen relaciones de capital-vida-sujeto” como afirma García Lamarca (2019, p. 2).

DA CONDIÇÃO DE AFETADOS À CONDIÇÃO DE ATIVISTAS

No auge da crise das hipotecas, dos despejos e desespero das famílias afetadas, no ano de 2009, foi criada em Barcelona a Plataforma de Afetados pelas Hipotecas, a PAH. Relatos de ativistas que iniciaram o movimento social afirmar que a havia uma expectativa de “encontrar una ciudadanía que sintiera la rabia de haber sufrido una estafa colectiva” (FRANÇA, 2021, p. 14), o que em realidade não aconteceu; o sentimento e sentido trazido pelas pessoas que chegavam nas assembleias da PAH eram uma profunda vergonha, fracasso pessoal e esgotamento físico, mental e emocional por não encontrar alternativas junto aos bancos e serviços públicos.

Este proceso de culpabilización se acentúa si las personas tienen hijos a su cargo. La angustia, la tensión permanente y el insomnio se apoderan de sus vidas en un proceso que, si no se endereza, puede acabar en la desestructuración familiar.[...] una gran parte de las personas que han atravesado esta experiencia han pensado en un momento u otro en quitarse la vida (COLAU Y ALEMANY, 2012, p. 94).

Enfrentar o sentimento e sentido de culpabilização das pessoas afetadas foi a primeira grande batalha da PAH. Diante desta constatação, a dimensão do cuidado e o exercício permanente de

ressignificar a realidade vivida foi sendo uma dimensão estruturante na construção do movimento social nos anos que se seguiram. João França (2021), afirma que, através da acolhida, do cuidado e da criação de um senso de solidariedade ativa, a PAH foi se forjando como ator político formado de pessoas afetadas pela crise e que, através da organização e luta, tornou-se capaz de incidir na narrativa da problemática e junto aos governos, exigindo medidas para a garantia do direito à moradia. Segundo o autor,

El empoderamiento en la PAH no es el triunfo del individuo, sino un aprendizaje de que la lucha colectiva es la forma de cambiar las cosas. Es un quehacer feminista, con una lucha encarnada sobre todo por mujeres, y que gira alrededor de cuidar-se y sostener la vida conjuntamente. (2021, p. 127).

Neste caso, a construção do instrumento político, o movimento social, para gerar processos de enfrentamento e de lutas contra a precarização do acesso à moradia e da corrosão das condições materiais e subjetivas de manutenção de uma vida vivível (Butler, 2018), passa por um processo de acolhida e cuidado das pessoas. O modelo de cidade mercadoria traz em si a ética neoliberal do indivíduo empreendedor de si, responsável por seu sucesso ou fracasso. As lutas para enfrentar tal projeto, passam pela reconstrução e ressignificação da ética do comum, da cidade como morada comum, da codependência expressa em um dos slogans mais repetidos na PAH: “ya nó estás sola”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da crise da moradia na Espanha, explicitada com a crise das hipotecas e estendida com reajustes de mercado no campo dos aluguéis, é um exemplo paradigmático do modelo de produção e gestão da cidade em tensão na sociedade. De um lado, o capital financista hegemoniza as investidas sob a moradia, o solo urbano e a cidade como um todo para a reprodução de capitais. De outro lado, as populações, sobretudo as mais pobres, vão vendo suas condições materiais de manutenção da vida ruírem. Vão sendo elas mesmas vidas precarizadas: empobrecimento, adoecimento do corpo, da psique e das relações sociais.

Tal realidade é ainda mais cruel uma vez que, sob a ética moral neoliberal, as pessoas são culpabilizadas pela situação vivida. Não foram capazes de gerir suas finanças e suas vidas. Não foram capazes de empreender e adaptar-se às mudanças do mercado de trabalho e da sociedade. São fracassadas. Uma narrativa que deve ser enfrentada por diferentes frentes, sendo uma delas o debate e discurso acadêmico que se pretende comprometido com a ética do bem comum.

Outra frente de enfrentamento, essa sim geradora de força social capaz de fazer frente aos processos de mercantilização das condições de vida e precarização dela mesma, é a organização coletiva. A partir da acolhida em coletivo e escuta dos sofrimentos compartilhados, a compreensão se dá: não é culpa do indivíduo, é consequência de um projeto concentrador de riqueza capitaneado por atores de mercado e que se viabiliza por ação ou omissão do Estado, com mais ou menos intensidade, a depender dos atores da política que ocupam.

BIBLIOGRAFIA

BORJA, Jordi. **Coleção Gestão da Cidade; Luces y sombras del urbanismo de Barcelona**. Barcelona: Editorial UOC, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In C. R. Brandão (Org), **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRENNER, Neil. Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista Eletrônica de estudos urbanos e regionais**, nº 27 ▪ ano 7, dezembro de 2016, p. 6-18.

_____. **Revolução Urbana?** In: **Espaços da urbanização. O urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2018.

_____. Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala? In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947- **As metrópoles e o capitalismo financeirizado** / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital Observatório das Metrôpoles, 2020, p 247-275.

CASTELLS Manuel. **Revolución y Contrarevolución en la Ciudad Global**. In: SMITH, Neil e CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHESNAIS, Francois. Crise de sobreacumulação global iniciando uma crise de civilização. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947- **As metrópoles e o capitalismo financeirizado** / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2020, p 63-89.

CRESPI-VALLBONA, Montserrat e DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta. Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades. El caso de Madrid y Barcelona. **Ciudad Y Territorio** - Estudios Territoriales. Vol. LIII, n.º Monográfico, 2021, p. 61-82.

COLAU, Ada y ALEMANY, Adrià. **Vidas Hipotecadas – de la burbuja inmobiliaria al derecho a la vivienda**. Barcelona: Anglo Editorial, 2012.

_____. **2007 – 2012: retrospectiva sobre desahucios y ejecuciones hipotecarias en España, estadísticas oficiales e indicadores**. <<https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2013/02/RETROSPECTIVA-SOBRE-DESAHUCIOS-Y-EJECUCIONES-HIPOTECARIAS-EN-ESPA%C3%91A-COLAUALEMANY1.pdf>> acesso em 07 set 2021.

DIMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRASER, Nancy. JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FUNDACIÓN ROSA LUXEMBURGO. **Coalición de Acción Europea por el Derecho a la Vivienda y la Ciudad. La Financiarización de la Vivienda: tendencia, actores y procesos**. Bruselas, 2020.

GARCIA LAMARCA, Melissa. **“Deuda hipotecaria fallida, persona fallida”: La financiarización de la vivienda y la vida en Cataluña**. Barcelona: Arbor, Vol 195, no. 793, 2019.

GUBER, Rosana. **La etnografía: Método, campo e reflexividade**. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GUTIÉRREZ, Aaron; DELCLÒS, Xavier. **¿Hipertrofia inmobiliaria? Análisis de las pautas territoriales del boom e implicaciones del estallido de la burbuja en Cataluña.** Barcelona: Cuadernos Geográficos 54(1), p. 283-306, 2015.

_____. Geografia de las crisis inmobiliaria em Cataluña: uma leitura a partir de los desahucios por ejecución hipotecaria. **GeoCrítica: Rev Cripta Nova**, UAB, Espanha. Vol.21 . N. 557; febrero de 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo, SP : Boitempo , 2011.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** Coleção Geografia e Adjacências. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Direito à Cidade**, Coleção Lutas Sociais. São Paulo: n.29, jul./dez. p.73-89, 2012.

_____. **Os Limites do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capitalismo no século XXI.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **La Revolución Urbana.** Madrid: Editions Gallimard, 1983.

_____. **La Producción del Espacio.** Madrid. Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

CRESPI-VALLBONA, Montserrat e DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta. **Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades.** El caso de Madrid y Barcelona. Ciudad Y Territorio - Estudios Territoriales. Vol. LIII, n.º Monográfico, 2021, p. 61-82.

MONICO, Lisete S.; ALFERES, Valentin R.; CASTRO, Pedro M. P. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas CIAIQ – 6º Congresso Ibero Americano de Investigação Qualitativa.** vol. 3, 2017.

NEL.LO, Oriol (ed.); **Efecto Barrio. Segregación residencial, desigualdad social y políticas urbanas en las grandes ciudades ibéricas;** 1 ed. Valencia: Editorial Tirant lo Blanch, 2021.

PANYELLA, Sergi Raventós. **Desigualtat socioeconòmica i salut mental: la proposta d'una renda bàsica per a protegir i promoure la salut mental.** Tesis doctoral programa de doctorat en sociologia. Departament de sociologia. Universitat autònoma de barcelona, novembre 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALA, Eduard. **La Crisis de la Vivienda: implicaciones territoriales y estrategias de empoderamiento.** Barcelona:UAB, 2018. Tesis (Doutoral en Geografia), Depart. de Geografia, Faculd. de Filosofia y Letras, Universidad Autonoma de Barcelona, 2018.

Informes e outros documentos:

La financiarización de la vivienda. Tendencias, actores y procesos. Folleto de la Coalición europea de acción por el derecho a la ciudad. Madrid: Fundación Rosa Luxemburgo, 2018. <https://www.rosalux.eu/es/article/1838.la-financiarizaci%C3%B3n-de-la-vivienda.html>, acceso em mar 2020.

El País: “El 80% de los desahucios fue por impago del alquiler en 2018”, https://elpais.com/ccaa/2019/03/01/madrid/1551464640_396179.html, acceso em 25 set 2021.

El País: “Precios de la vivienda en alquiler se disparo en los ultimos 5 años” <https://www.elperiodico.com/es/economia/20200901/el-precio-de-la-vivienda-en-alquiler-se-disparo-el-52-en-los-ultimos-cinco-anos-8095063> e <https://elpais.com/economia/2020-09-01/el-precio-de-la-vivienda-en-alquiler-se-dispara-un-52-en-los-ultimos-cinco-anos-segun-fotocasa.html>; acceso em 25 set 2021.

El País: “Una generación en busca de futuro”, capítulo 4, sobre “Vivienda”, de 28 de junho de 2021: <https://elpais.com/especiales/2021/una-generacion-en-busca-de-futuro/vivienda/>, acceso em 02 out.

Informe II - Radiografies de la situació del dret a l’habitatge, la pobresa energètica i el seu impacte en la salut a Barcelona II. Perspectiva de gènere sobre el dret a l’habitatge i la pobresa energètica a Barcelona (2018) <https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2018/10/Estudi-Genere-ASPB-ODESC-ESF-alta.pdf>. Acceso 21 set 2019.

Informe III: Radiografia sobre a situação do direito à habitação, a pobreza energética e o seu impacto na saúde em Barcelona (2018), <https://pobresaenergetica.es/wp-content/uploads/2020/05/Estudi-Genere-ASPB-ODESC-ESF-alta.pdf>, Acceso 21 set 2019.

RECEBIDO EM: 14/08/2023

ACEITO EM: 20/12/2024